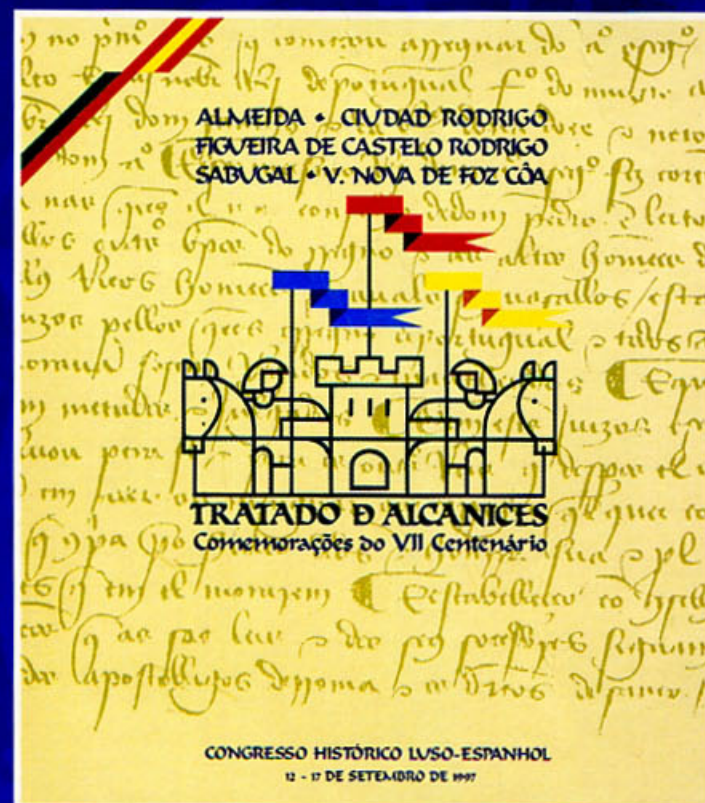


Nos finais do século XIII o Tratado de Alcanices estabeleceu os limites entre os reinos de Leão e Castela e o reino de Portugal e dos Algarves. Uma dessas fronteiras (das mais antigas da Europa) é a de Riba Côa que, ao longo do tempo, foi não só delimitação dos territórios pertencentes a cada reino, mas também ponto de união.

O presente livro, reunindo o conjunto de intervenções proferidas durante o Congresso comemorativo do 7.º Centenário do Tratado, aborda não só uma questão decisiva na história da formação de Portugal, como a importância histórica que para a sua independência sempre tiveram as terras de Riba Côa.

O TRATADO DE ALCANICES E A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DAS TERRAS DE RIBA CÔA



O TRATADO DE ALCANICES E A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DAS TERRAS DE RIBA CÔA

ACTAS DO
CONGRESSO HISTÓRICO LUSO-ESPAÑHOL
12-17 DE SETEMBRO DE 1997

Índice

Abertura do Congresso	
D. José da Cruz Policarpo.....	7
O Tratado de Alcanices, Guerra, Cultura, Diplomacia	9
O Tratado de Alcanices visto de Espanha	
Prof. Dr. Miguel-Angel Ladero Quesada	11
O Tratado de Alcanices visto de Portugal	
Prof. Dr. Joaquim Veríssimo Serrão	31
O Tratado de Alcanices à Luz da Diplomacia	
Prof. Dr. Humberto Baquero Moreno	41
Importância de Riba Côa para a Consolidação e Segurança de Portugal	
General Manuel Themudo Barata	53
Riba Côa, Antes da Formação do Reino de Portugal	61
A Arte Rupestre de Foz Côa - Importância Científica e Perspectivas	
Drs. Mário Varela Gomes e António Martinho Baptista	63
La Protohistoria de Riba-Coa	
Prof. Dr. Martín Almagro-Gorbea	81
A Cidade Romana e a Diocese de Calábria	
D. José da Cruz Policarpo	107
Riba Coa en el Periodo Visigodo	
Prof. Dr. Luis A. García Moreno	115
En torno a Riba Coa y al-Andalus	
Prof. ^a Dr. ^a María-Jesús Viguera Molins	131
Riba Côa, nos Primórdios do Reino de Portugal	153
El Proceso de Ocupación y de Ordenación del Espacio en la Raya Leonesa	
Prof. Dr. A. Angel Barrios García.....	155

San Julián del Pereiro, entre Calatrava y Alcántara	185
Prof. Dr. José-Luis Martín	
Os Municípios Medievais em Riba Côa	
dos Inícios do Século XIII a 1297	
Prof. Dr. José Artur Anes Duarte Nogueira	197
Os Municípios Dionisinos nos Finais do Século XIII	
Prof. Dr. José Marques	211
Riba Côa em Cortes (SÉC. XV)	
Prof.ª Dr.ª Maria Helena da Cruz Coelho	233
Os Castelos Medievais de Riba Côa	
Ten. Cor. António Lopes Pires Nunes	247
Fronteira e Sociedade Raiana: Riba Côa	
nos Finais da Idade Média	
Dr. Rui Cunha Martins	259
Riba Côa, das Guerras da Nacionalidade às Guerras da	
Restauração	269
Judeus e Cristãos-Novos: O Ante e Pós Baptismo	
nas Terras de Riba Côa e Arredores	
Prof.ª Dr.ª Maria José Ferro Tavares	271
Cristianos Nuevos en la Raya de Portugal	
Prof.ª Dr.ª Pilar Huerga Criado	285
Escolares de las Diócesis de Guarda y Lamego	
en Salamanca durante la Baja Edad Media (s. XII - XV)	
Prof. Dr. Antonio García y García	303
Castelos de Alcanices - Fortalezas da Restauração	
Cor. Francisco Sousa Lobo	315
Castelo Rodrigo nas Guerras da Restauração	
Prof.ª Dr.ª M.ª Rosário Themudo Barata	331
Riba Côa, nas Guerras e no Liberalismo Peninsulares	355
Côa-Prólogo de Uma Invasão Improvisada	
Prof. Dr. António Pedro Vicente	357
Las Guerras Peninsulares en Salamanca	
Prof.ª Dr.ª M.ª Victoria López-Cordón Cortezo	389
La Consolidación del Liberalismo	
en la Provincia de Salamanca	
Prof. Dr. Antonio Morales Moya	407
Conclusões do Congresso	
Prof. Dr. Manuel Braga da Cruz	419

A CIDADE ROMANA E A DIOCESE DE CALÍABRIA

D. JOSÉ DA CRUZ POLICARPO
Presidente da Direcção da
Sociedade Científica da
Universidade Católica Portuguesa

1 - A minha comunicação não é, não consegui que fosse, um trabalho científico sobre Calíabria, que traga ao conhecimento, ou antes, ao generalizado desconhecimento das velhas ruínas do monte Calabre, algo de verdadeiramente inovador. Isso deve-se, não à falta de interesse sobre o assunto a que dedique algum tempo de pesquisa, mas à minha falta de preparação nesta área científica e à escassez da investigação por outros realizada e dos elementos disponíveis, repetitivos em relação uns aos outros. Tem havido pessoas interessadas por Calíabria; ninguém encetou uma investigação científica apropriada. Um dos trabalhos por mim consultados termina pomposamente com esta prosa: *«Assim passam e trocam as grandezas do mundo, ficando monte de pedras, deserta a cidade, que era cheia de povo, a que dominava as gentes sujeitas a tributo e cativoiro, Jerusalém sepulcro de seus habitantes, campo inculto o que foi Tróia, olivais e amendoeais o que resta de Calíabria, enquanto os arqueólogos e pré-historiadores se não disponham a pô-la a descoberto»*¹. E assim continuará mesmo depois de eu falar.

Procurarei, isso sim, neste dia em que o nosso Congresso se dedica a *«Riba Côa antes da formação do Reino de Portugal»*, fazer uma evocação do velho e castro que foi sede de Bispado, o que me sugere um estilo que, sem deixar de tentar apresentar com rigor os dados disponíveis, me permitirá a fuga poética.

Tomei pessoalmente conhecimento da existência de Calíabria em Maio de 1978 quando, ao ser nomeado pelo Papa Paulo VI para Bispo Auxiliar do Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa, a bula de nomeação, num determinado passo,

¹ A. Dinis Cabral, História da Cidade de Calábria em Almendra, Porto 1963, p. 61

rezava assim: «... *Apostólica nostra potestate te nominamus...*» *Episcopum título Calabriensem*».

Fiel ao princípio teológico, afirmado já na Igreja post-apostólica, de que não há bispo sem diocese, quando se instaurou o hábito de a bispos idosos, doentes ou sobrecarregados com o múnus pastoral das suas dioceses, dar bispos auxiliares, a estes a Santa Sé atribui o título de antigas dioceses extintas, devendo estes exprimir a sua solicitude pastoral por essas terras pelos modos canonicamente possíveis, quando mais não seja pela oração.

Impunha-se, pois, conhecer minimamente a antiga diocese de que agora era bispo titular. A designação «*Calabriensem*» sugeriu-me o Sul de Itália. Mas bem depressa o Pároco de Almendra me desfez a confusão, enviando-me alguns elementos sobre Calábria, de que ainda me servi agora.

Impunha-se uma visita ao local, discreta como sugeria a minha situação de bispo titular, sem jurisdição sobre o referido território. Não avisámos ninguém: o nosso ponto de referência era Almendra onde perguntámos se sabiam onde ficava Calábria. Isso não sabiam, mas indicaram-nos o caminho para um monte chamado «*Calabre*». Aí chegados, encetámos a longa escalada de duas horas, tribulações de um bispo do séc. XX que pretende tomar posse de uma diocese do séc. VII.

Encontrámos, no alto do monte, hoje coberto de amendoeiras, uma espécie de planalto, em forma de ligeiro vale, onde se situa uma fonte, sendo a área murada por uma muralha, em pedra xistosa, ainda visível, em parte à superfície do terreno, aqui e acolá elevando-se ainda cerca de um metro. Tem a seus pés o rio Douro, no ângulo que forma com a ribeira de Aguiar, seu afluente. Pedras dispersas, explica-nos um pastor, são o que resta da antiga igreja. Cantámos vésperas, sentados na muralha. Eis como, sem ter participado em nenhum dos Concílios de Toledo ou Colorado na defesa da cidade contra os Sarracenos, me encontrei como último bispo conhecido de Calábria.

Das origens à criação da diocese

2 - O topónimo Calábria parece significar cidade bela, cidade formosa. Será composto de dois elementos: um grego, «*Kalós*» (bela) e outro da língua trácia, «*bria*» que significa cidade, o que nos é confirmado por Estrabão, livro 1.º, p. 319: «*Bria auíem vox, thracum língua, urbem significat.*»²

Não hesitam alguns em fazer remontar a origem de Calábria ao tempo dos Celtas, entre os séculos III e II a. C.³ não tendo suficientemente em conta que a

designação «Celtas», não significa um único povo, mas um conjunto de povos bastante diversos, que chegam à Península a partir do séc. VI, a. C.⁴

Pelas suas características poderá, talvez, situar-se a cidade no âmbito da «*cultura castreja*» Ligada à civilização do ferro, constrói castros ou citânias, situadas «*nos cimos dos montes, tendo a defendê-las muros de pedra (...) sítios escolhidos pelas suas condições de defesa, constituíam núcleos de vida comunitária*»⁵.

Alguns vestígios encontrados em Calábria indiciam ter existido ali a exploração de metais, sobretudo o ferro e o ouro, que os Romanos aí fundiam⁶, o que nos permite situar a cidade na civilização dos metais que cobre um período vasto e diversos povos, sendo muito desenvolvida, já ao nível de indústria, pelos Romanos.

Admitindo que o castro ou «*civitatem*» de Calábria é pré-romano, ele é conquistado pelos Romanos, tendo sofrido as vicissitudes da difícil conquista da Lusitânia pelos Romanos. A. Dinis Cabral não hesita em afirmar que, «*no ano 60 a. C. foi conquistada pelas tropas de Júlio César, então Pretor da Lusitânia*»⁷. Não cita, no entanto, nenhuma fonte em apoio da sua afirmação. Já Francisco António Veiga, o curioso estudante de Coimbra que, em meados do século passado, faz um trabalho académico sobre Calábria, afirma: «*Sua fundação é incerta e muito obscura, porque os dados históricos faltam e a tradição, neste ponto, também não é verosímil. O mais crível e quase certo é que fosse obra dos romanos. Que fosse edificado no tempo da República ou do Império, pouco importa; porém opinamos pelo tempo do Império, e se não foi no tempo de Trajano, pouco excederá a esta época ou lhe será anterior. Monumentos descobertos nas proximidades do castelo parecem atestá-lo.*»⁸ São, de qualquer modo, da época romana, os primeiros achados arqueológicos que nos dão alguma segurança. Além dos já referidos vestígios da exploração e fundição de metais, os autores referem a descoberta de medalhas de ouro e prata e mesmo de uma comprida «*cadeia de cobre*»⁹.

Melhor sorte teve a pedra tumular romana, descoberta nas ruínas da Capela de Santo Cristo em Barca de Alva. «*As letras bem trabalhadas e abertas no campo que fica entre as molduras de pedra, que em tudo representa ser mui chegada ao séc. de Augusto.*»¹⁰

⁴ Cf. J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, p. 42.

⁵ *Ibidem*, p. 44.

⁶ Cf. Dinis Cabral, *cf. cit.*, p. 18; A. Pinho Leal, *cf.*, p. 48; F. António Veiga, *O Castelo de Calábria*, Coimbra (1856), p. 6; M. Gonçalves da Costa, *História do Bispado e Cidade de Lamego*.

⁷ A. Dinis Cabral, *cf. cit.*, p. 18.

⁸ F. A. Veiga, *cf. cit.*, 6.

⁹ *Ibidem*, pp. 6-7.

¹⁰ A. Dinis Cabral, *cf. cit.*, pp. 19-20; cf. A. Pinho Leal, *cf. cit.*, p. 48.

² A. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno Dicionário*, p. 113; cf. Dinis Cabral, *cf. cit.*, p. 41.

³ C.f., A. Dinis Cabral, *cf. cit.*, pp. 16 e 26.

A descodificação da lápide daria o seguinte texto:

«*Modestus Avirati filius, completo bello Annorum LX Cornelia Gensulia Annorum L, Hic Siti Sunt. Sit vobis terra levís. Caius Avimius Modestinus Patribus Firmus Modesti libertus Patrono faciendum curaverunt.*»

Que dará a seguinte tradução:

«*Aqui estão sepultados Modesto, filho de Avirato que terminada a guerra, faleceu com 60 anos e sua mulher Cornélia Gensúlia, que morreu com 50 anos. Que terra vos seja leve. Caio Avimio Modestino e Firmo, liberto de Modesto, mandaram levantar esta memória a seus Pais e Patrono.*»¹¹

Este epitáfio é sinal de que na Caliábria romana uma classe média superior, talvez de origem castrense, estava implantada, que com a indústria dos metais sobretudo do ouro e o facto de ser um nó rodoviário¹², nos indicia a importância da cidade nos tempos da Administração Romana. Só escavações sérias nos poderiam levar mais longe no conhecimento desta «*civitatem*».

A Diocese de Caliábria

3 - A referência explícita a Caliábria aparece a propósito da criação da diocese no contexto da invasão da Península, por vários povos germânicos, iniciada ainda na vigência do Império Romano do Ocidente. Entre estes povos, dois se implantam com reinados significativos, marcando decisivamente a cultura post-latina da Ibéria e, concretamente, da Lusitânia: os Suevos e os Visigodos.

Os Suevos, que no início se implantaram na região entre Douro e Minho a que, por pouco, pertencia Caliábria, converteram-se ao catolicismo em 456, no tempo de Requião ou Richiário (448-456). A conversão ao catolicismo dá-lhes um fervor de cruzada contra os Visigodos, pagãos e depois convertidos ao arianismo e mais tarde convertidos ao catolicismo no tempo de Recaredo I (586-601). Durante dois séculos esta região é influenciada pela luta destes dois poderes, o suevo e o visigótico, o primeiro católico e o segundo ariano, até que o rei visigótico Leovigildo (567-586), põe fim à supremacia dos Suevos. O seu sucessor Recaredo I (586-601) converte-se ao catolicismo no 3.º Concílio de Toledo¹³.

Os vencedores não anulam a influência cultural sueva na nova concepção e organização da sociedade. Os Visigodos eram mais avançados no sistema jurídico

e social; receberam dos Suevos uma forte inspiração religiosa católica. O rigor do direito romano e a inspiração dos valores católicos da vida e da sociedade, dão origem a uma nova síntese de que o *Codex Visigotorum* é testemunha; por ele se regenera ainda a população romano-cristã após a conquista dos Sarracenos¹⁴.

Elemento importante neste processo são os Concílios ou Sínodos regionais, entre os quais avultam pelo seu número e importância os de Toledo. Neles os reis e os bispos constituíam um autêntico parlamento da fé e da vida social e muito contribuíram para uma nova organização da Igreja e da sociedade e para o progresso da vida cristã, orientada por leis e regras de vida.

4 - É neste contexto, fruto das novas exigências da organização da Igreja e da sociedade que nos surge a diocese de Caliábria. A data da sua é incerta. No tempo dos Suevos, no Concílio de Lugo, aparece-nos referida como paróquia da diocese de Viseu. A lista das paróquias daquele Bispado são aí enunciadas: Viseu, Rodomiro, Submontio, Subverbeno, Cosonia, Ovellone, Totela e Caliábria. No *Parochiale* acrescenta-se a seguinte nota explicativa, referida a Caliábria: «*quae apud Gothos postea sedes fuit*»¹⁵.

Quando foi exactamente criada a diocese de Caliábria? No Reinado de Vitérico (603-610), que apesar de sucessor de Recaredo I, não ficou isento da suspeita de Arianismo?¹⁶ No reinado de **Suintila** (621-631)?¹⁷

A hipótese mais provável é esta segunda, pois o primeiro Bispo de Caliábrida aparece a assinar as actas do 4.º Concílio de Toledo (633), onde assina «*Servus Dei, episcopus callabrensis ou callabriensis*». Tendo em conta que as assinaturas eram feitas por ordem da antiguidade na ordenação episcopal, ele precede a outros 32 bispos, mais novos na ordenação do que ele, o que torna possível a sua Sagração Episcopal no ano de 612, início do reinado de Suintila, no tempo de Santo Isidoro de Sevilha.

Este mesmo «*Servus Dei*» assina as actas do 6.º Concílio de Toledo (638) e do 7.º Concílio de Toledo (646). No 8.º Concílio de Toledo (653) assina como bispo de Caliábria **Caledónio**, no tempo do Rei Visigodo Recesvinto. No 11.º Concílio de Toledo (675) é **Andrés** que assina como Bispo de Caliábria. Só no 15.º Concílio de Toledo nos volta a aparecer o Bispo de Caliábria, **Ervígio III**, que aparece também nas actas do 16.º Concílio de Toledo (693).

Não é tarefa fácil constituir com exactidão as listas dos bispos desta época, pois as principais referências são as suas participações nos Concílios Regionais.

¹¹ Sobre esta lápide e sua interpretação segui a leitura de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, em *Elucidário das Palavras*, 2.ª edição, Lisboa (1865); retomada por A. Dinis Cabral, cf. cit., pp. 20-22.

¹² Cf. A. Dinis Cabral, cf. cit., p. 25;

¹³ Cf. J. Veríssimo Serrão, cf. cit., pp. 52-55.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 54-55.

¹⁵ M. Gonçalves da Costa, cf. cit., p. 59; A. Pinho Leal, cf. cit., p. 115.

¹⁶ A. Dinis Cabral, p. 18.

¹⁷ M. G. da Costa, cf. cit., p. 59.

No caso de Caliábria aparece-nos no Concílio de Mérida (666) o nome do Bispo **Aloário** ou **Alvario**, que não nos aparece nos concílios de Toledo.

Admitindo como data provável do fim da diocese a invasão Sarracena (716) temos de admitir que outros bispos existiram. A tradição indica-nos os nomes de S. Zenão, mártir no reinado de Vitiza e de S. Apolinário¹⁸.

Caliábria na organização eclesiástica da Lusitânia

5 - A elevação de Caliábria a diocese acontece no contexto das novas realidades pastorais criadas pela anexação do reino dos Suevos pelos Visigodos. No tempo dos Suevos Caliábria pertencia à província eclesiástica de Braga, como paróquia de Viseu.

Com a unificação do reino visigótico toma relevo Mérida (Emérita) como metrópole e sede de província eclesiástica, reintegrando os limites anteriores ao reino dos Suevos. Eram sufragâneas desta metrópole 12 dioceses: Lamego, Viseu, Coimbra, Egitânia, Caliábria, Lisboa, Évora, Pax Julia (Beja), Ossonoba (Faro), Avila, Salamanca e Cória¹⁹.

A criação de Caliábria impunha-se por três razões pastorais. «*De facto, não existindo outra sede em espaço tão dilatado, como era de Viseu a Salamanca e Egitânia e aumentando a conversão dos povos, tornava-se extremamente molesta a visita que os bispos eram obrigados a fazer. Foi, pois, natural que os godos católicos resolvessem colocar outro bispo em Caliábria.*»²⁰

Um autor espanhol indica uma outra razão: a decadência de «*Civitas Augusta*» (Cidade Rodrigo) exige a criação do Bispado de Caliábria. «*É certo e bem comprovado que a sede da arruinada Civitas Augusta foi trasladada para Calabria ou Caliábria, cidade situada na foz do Côa no Douro*»²¹. A ser verdadeira esta referência, é a primeira vez que se nota uma bipolaridade das duas cidades como sedes episcopais de um mesmo território, pois o mesmo virá a acontecer com a destruição de Caliábria, e a criação da diocese de Cidade Rodrigo.

A decadência de Caliábria

6 - A decadência de Caliábria está ligada à decadência do reino visigótico. A

¹⁸ Para toda a questão dos bispos de Caliábria, cf. A. Finho Leal, cf. cit., p. 118 e A. Dinis Cabral, cf. cit., pp. 37 e ss.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 37-38.

²⁰ M. Gonçalves da Costa, cf. cit., p. 59.

²¹ D. Mateo Hernandez Vegas, in *Ciudad Rodrigo La Catedral y la ciudad Salamanca* (1935), tomo I, p. 5, citado por A. Dinis Cabral, cf. cit., p. 18.

Igreja sofre sempre com o dessorar dos impérios romanos e sofre tanto mais quanto mais se identificou com a sua estrutura. Só que a Igreja sofre e é interpelada a partir para novas experiências purificadoras.

Essa decadência da monarquia visigótica atinge o seu auge na viragem do séc. VII para o séc. VIII. Aquando da morte do rei Vitiza, um grupo de nobres não aceita como seu sucessor um dos seus filhos e entregam a coroa a Rodrigo. A isso se opõem dois homens: D. Julião, governador de Ceuta (Septum) e D. Opas, arcebispo de Hispalis (Sevilha) tio e tutor dos herdeiros afastados. D. Julião pede o auxílio a Muça, Sarraceno, chefe das forças do Norte de África, para se aliar a ele. As tropas fiéis ao conde Julião, aliadas às de Muça, venceram Rodrigo, em 711, na batalha de Guadalete²².

Com esta aliança imprudente, os católicos visigodos abriram as portas à entrada dos Sarracenos na Península. A partir desse momento cessam as referências a Caliábria até ao séc. XII, século da criação de Portugal como Nação independente. O que se passou em Caliábria funde-se na história comum da cristandade ocupada pelo Islão: confronto de religiões, de leis e de civilizações, perseguição, resistência dos cristãos que procedem a uma certa aculturação que lhes garanta a convivência, saques e destruições materiais. Não temos notícia do fim de Caliábria como diocese. Mas as cidades morrem devagar e quatro séculos depois Caliábria ainda é suficientemente significativa para ser dom de D. Fernando à diocese de Cidade Rodrigo.

Caliábria depois da reconquista cristã

7 - Uma das preocupações dos princípios cristãos da reconquista é restabelecerem as sés episcopais das antigas dioceses, por vezes transformando em catedrais, mesquitas, muitas destas destruídas sobre antigas catedrais. Nesta época a sorte de Caliábria decide-se quando Portugal já não era nação independente. De facto, D. Fernando II de Leão, na sua luta de reconquista, estabelece-se em Cidade Rodrigo, desejando convertê-la numa grande cidade e sede de Bispado. Mas o seu plano leva um certo tempo a concretizar-se. Em 1161, concede ao Arcebispo de Santiago de Compostela todos os direitos episcopais em Cidade Rodrigo, que só virá a ser criada diocese pelo Papa em 25 de Maio de 1175.

Durante estes 14 anos, D. Fernando, para atingir os seus objectivos, segue uma política de factos consumados. Em 1168, aparece-nos um tal Domingos, nomeado Bispo de Cidade Rodrigo. A este facto reage o cabido de Salamanca junto do Papa

²² Cf. J. Veríssimo Serrão, cf. cit., p. 56; cf. A. Dinis Cabral, cf. cit., p. 44.

pois a nova diocese era desmembrada do seu território. O Rei responde que não se trata de erigir uma nova diocese, mas de transferir para Cidade Rodrigo a sede de Calábria. De facto, Domingos que nos primeiros documentos assina «*Dominicus electus civitatis Roderici*», passa a assinar «*Dominicus episcopus Calabriensis*», o que faz até 1173, em trinta e quatro documentos. O primeiro Bispo de Cidade Rodrigo será o seu sucessor D. Pedro da Ponte.

Este facto sugere-nos que nessa altura Calábria diocese era memória histórica, pois o seu território, todo ou em parte, pertencia a Salamanca, e o estratagema de D. Fernando é, claramente, o de restaurar uma antiga diocese, que já não tinha a importância suficiente para ter sido espontâneo, no ambiente da reconquista, restaurar imediatamente a sua sede episcopal.

Nesta sua política de factos consumados, em 1171, D. Fernando e sua esposa D. Urraca, doam Calábria à Sé de Cidade Rodrigo, doação confirmada por D. Afonso IX de Leão²³. Os textos de doação, suficientemente conhecidos, descrevem o dom e mostram a importância de Calábria mas, é preciso reconhecer-lo, valorizando mais os terrenos de cultura e pastos do que a cidade em si mesma.

Chegará isto para defender a tese da passagem da Sé de Calábria a Cidade Rodrigo? Assim afirma o autor espanhol Dom Mateo Hernandez Vegas: «*Admitindo que a diocese calabriense, perdida momentaneamente na invasão árabe, como aconteceu a "civitatisense" na irrupção dos bárbaros, foi, como aquela, uma ou mais vezes restabelecida pelos reis cristãos chegando assim tão perto dos meados do séc. XXI, que se poderá dizer, com verdade, que a sua sede, vacante na ocasião, foi trasladada para Cidade Rodrigo.*»²⁴

A mim parece-me que esta tese precisa de novos argumentos para ser aceite. O que se passou foi que, no contexto da reconquista, D. Fernando II valoriza a Cidade Rodrigo e só se serve da memória da antiga diocese para conseguir os seus intentos. Calábria ficou sobre a jurisdição de Cidade Rodrigo até 1404, já muito depois do Tratado de Alcanices, quando D. João I de Portugal passou essa parte do território de Portugal para a jurisdição eclesiástica de Lamego.

8 - As referências posteriores são já às ruínas de Calábria. Que esta evocação da velha Sé Visigótica crie nos investigadores o desejo de pôr a nu o que o monte Calabre nos esconde, por debaixo das amendoeiras em flor.

²³ A. Dinis Cabral, cf. cit., pp. 49-54.

²⁴ *Ibidem*, pp. 53-54.